

Autos nº [0000349-34.2010.5.03.0134 \(RO\)](#) - 4ª Turma, rel. juiz Júlio Bernardo do Carmo -
Publicação: DEJT 23.05.2011 (v. fundamentos da decisão)

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INTERESSE DE AGIR. É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de promover descontos ilícitos nos salários dos seus empregados, de admitir ou manter trabalhadores sem a formalização do contrato de emprego, sob as alegações de treinamento ou de trabalho temporário. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme consubstancia o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.